Primeiro Fórum das Regiões Ultraperiféricas
27-28 de Maio 2010, Bruxelas
Nota de síntese - versão final

O primeiro Fórum das regiões ultraperiféricas europeias (RUP), organizado pela Comissão Europeia, reuniu perto de 500 participantes provenientes das 9 RUP, dos Estados-Membros, de países terceiros e de representantes de todas as instituições europeias. A presente nota de síntese destina-se a resumir as principais ideias e propostas formuladas durante esta manifestação.

O carácter oportuno do Fórum foi sublinhado pelo conjunto dos participantes na medida em que se inscreve num duplo contexto: por um lado, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que confirma e reforça a tomada em consideração específica das RUP pelas políticas comunitárias, algumas das quais serão parcialmente revistas no âmbito da estratégia «Europa 2020»; e, por outro lado, a abertura das negociações interinstitucionais sobre as perspectivas para o período posterior a 2013.

Com a organização deste Fórum, a Comissão Europeia quis fomentar o surgimento de novas ideias que ajudem a definir as orientações estratégicas futuras das políticas em prol das RUP e quis também dar a estas regiões a oportunidade de serem ouvidas em Bruxelas e fazerem conhecer melhor a sua realidade ao nível europeu. O objectivo era, com efeito, aumentar a sensibilidade dos actores europeus para as especificidades e potencialidades das RUP, em especial num período de crise económica e financeira que tende a afectá-las de modo particular, dada a sua vulnerabilidade estrutural.

I. **A sessão de abertura e a sessão plenária que se seguiu** foram consagradas às intervenções dos altos representantes das instituições europeias, dos ministros dos Estados-Membros a que pertencem as RUP e dos Presidentes das RUP.

Primeiro, José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, (em mensagem vídeo), e, depois, Johannes Hahn, Comissário responsável pela Política Regional e pela coordenação das questões ligadas às regiões ultraperiféricas, recordaram a importância de que se reveste para a UE a estratégia comunitária relativa às RUP concebida desde 2004 e sublinharam que estas regiões têm um particular interesse nos três eixos da estratégia «Europa 2020» - o **crescimento inteligente, sustentável e inclusivo**.

Michel Barnier, Comissário responsável pelo mercado interno e pelos serviços, sublinhou três princípios essenciais de acção e defesa dos interesses das RUP no contexto da União Europeia: falar a uma só voz nas negociações, defender o direito à diferença sem complexos e valorizar as vantagens locais, para fomentar o seu valor acrescentado em proveito da União. O Comissário indicou igualmente que era necessário colocar a questão de saber o que significa para as RUP a noção de «mercado único» e da sua realização, e sugeriu que fosse lançada a reflexão e apresentadas propostas neste sentido.

Diego Lopez Garrido e Pedro Lourtie, respectivamente Secretários de Estado espanhol e português para os assuntos europeus, bem como Marie-Luce Penchard, Ministra francesa dos assuntos ultramarinos, recordaram a recente assinatura do Memorando conjunto pelos três Estados e suas nove RUP, em 7 de Maio de 2010, que gostariam de ver integrado na estratégia «UE 2020». Estes intervenientes destacaram ainda que a concepção do novo paradigma de desenvolvimento das RUP deve ter em conta as suas vantagens e desvantagens de maneira equilibrada e integrada. Quanto a este aspecto, os três responsáveis nacionais exprimiram o desejo de que as análises de impacto *ex-ante* das políticas comunitárias sejam efectuadas mais frequentemente a fim de melhor serem identificadas as medidas a tomar a título do artigo 349.º do TFUE, incluindo no que respeita aos acordos comerciais. Para finalizar, aplaudiram a abertura do Fórum aos outros Estados-Membros da União.

Ao subir em seguida à tribuna, Miguel Angel Martínez Martínez, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, recordou que o progresso económico das RUP nos últimos vinte e cinco anos ultrapassou o verificado em média no conjunto da Comunidade, em especial graças ao dinamismo dos actores e das instâncias decisoras de tais regiões, à solidariedade nacional dos seus Estados-Membros e, por fim, à acção comunitária. O orador concluiu a sua intervenção garantindo que o Parlamento Europeu prestará uma atenção particular à aplicação do Tratado de Lisboa nas RUP.

Os nove Presidentes das RUP - Carlos César (Açores), Paulino Rivero Baute (Canárias), Victorin Lurel (Guadalupe), Rodolphe Alexandre (Guiana), João Cunha e Silva (Madeira), Serge Letchimy (Martinica), Didier Robert (Reunião), Bruno Magras (Saint Barthélémy) e Frantz Gumbs (Saint Martin) - sublinharam que as respectivas regiões conferem mais valor à União por nelas coexistirem a vocação de excelência nos sectores de futuro onde são já concorrenciais e a preservação das actividades e dos empregos tradicionais.

Paulino Rivero Baute, Presidente do Governo regional das Canárias e Presidente da Conferência das RUP, insistiu no lugar específico que as RUP ocupam na União, no duplo plano qualitativo e quantitativo. Quanto ao primeiro plano, relevou a geografia singular e estratégica que imprime particular enfoque às questões de segurança, imigração e cooperação regional nestas regiões. Quanto ao segundo, o apoio financeiro que a Comunidade presta às RUP (embora estas representem menos de 1% da população total da UE) deve ser entendido à luz das numerosas vantagens que as RUP trazem à Comunidade.

M. Victorin Lurel, o Presidente do Conselho Regional de Guadaloupe, reclamou mais intervenção da Europa nas RUP dado o contexto da crise financeira, nomeadamente através do financiamento dos equipamentos infra-estruturais e de mais flexibilidade na gestão do fundo de compensação para os custos adicionais suportados por estes territórios. Defendeu igualmente uma atenção maior para com as RUP, de modo a que estas não se tranformem numa moeda de troca de certas políticas comunitárias, nomeadamente no âmbito das relações externas e comerciais.

Bruno Magras, Presidente do Conselho Territorial de Saint Barthélémy, recordou a singularidade económica e comercial do território e precisou a sua recente evolução institucional, no direito

interno francês, para o estatuto de região autónoma e o acordo do governo francês dado no sentido de se tornar um PTU.

Frantz Gumbs, Presidente do Conselho Territorial de Saint Martin, também recordou a história e singularidade da economia do seu território (peso do turismo norte-americano e impacto do câmbio dólar/euro, peso dos imigrantes, etc.) e instou a uma melhor Europa ou, noutros termos, a uma melhor adaptação das políticas comunitárias ao seu território.

Serge Letchimy, o Presidente do Conselho Regional da Martinica, exprimiu a necessidade de pensar um novo modelo de desenvolvimento humano numa altura em que o rendimento *per capita* se aproxima do limiar das regiões em atraso de desenvolvimento e o desemprego continua particularmente elevado, e em que muitas das suas vantagens específicas (espaço marítimo, biodiversidade, etc.) podem ser mais bem aproveitadas se as políticas comunitárias forem mais coerentes.

Rodolphe Alexandre, Presidente do Conselho Regional da Guiana, recordou as características geográficas, económicas e demográficas desta região, muito singulares no conjunto das RUP – resultantes numa diminuição do PIB por habitante – e, em seguida, falou dos grandes desafios ao desenvolvimento local (emprego e formação, combustíveis, regime de «octroi de mer», biodiversidade, gestão mineira).

Didier Robert, Presidente do Conselho Regional da Reunião, evocou os grandes desafios do desenvolvimento da sua região e indicou que vinte anos após a construção do mercado único as empresas da ilha continuam a ter a mesma dificuldade de integração, o que sublinha a necessidade de se adaptarem permanentemente as políticas comunitárias às especificidades da economia regional.

João Cunha e Silva, Vice-Presidente do Governo Regional de Madeira, recordou a necessidade de encontrar o ponto de equilíbrio do desenvolvimento das RUP entre vantagens e desvantagens, o que implica conceder-lhes um tratamento global que preserve a unidade do grupo e garanta a coerência das políticas comunitárias e, ao mesmo tempo, instaure mecanismos de intervenção específicos dotados de financiamento suficiente.

Por fim, Carlos César, o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, insistiu no facto de o desenvolvimento dos novos sectores estratégicos não dever fazer-se em detrimento dos sectores tradicionais e exprimiu a sua preocupação, nomeadamente, perante a reforma do mercado comunitário do leite.

II. Realizaram-se **quatro mesas redondas,** onde os representantes das direcções-gerais da Comissão, os intervenientes públicos e privados das RUP e os peritos participantes apresentaram muitas informações e reflexões.

i. **Mesa redonda sobre «*O património cultural e natural das RUP*: *recursos a valorizar*».**

As três primeiras intervenções incidiram no **património cultural**.

Foi recordado, em primeiro lugar, que o papel socioeconómico das indústrias culturais, em termos de rendimentos e de empregos em relação aos outros sectores da economia (TIC, turismo, etc.), tem sido subestimado durante muito tempo, incluindo nas regiões continentais da UE. A questão, contudo, tem vindo a ser abordada desde há alguns anos sob um ângulo novo pela Comissão, que pretende integrar as questões culturais na política de crescimento e de inovação. A Agenda Europeia para a Cultura, lançada em 2007, constitui um primeiro quadro estratégico tendente a incluir este sector nos diferentes programas comunitários, incluindo ao nível das políticas regionais. Os Estados-Membros manifestaram-se igualmente favoráveis a esta via. Os oradores sublinharam que as RUP precisam de medir o impacto económico das actividades culturais e de as abordar como um nicho de desenvolvimento que não se limite unicamente à perspectiva única da salvaguarda do património cultural.

No **debate** que se seguiu, embora um dos representantes das RUP tenha sublinhado que as necessidades prioritárias de desenvolvimento da sua região podiam também manifestar-se noutros domínios além do cultural (nomeadamente das infra-estruturas de base), outros sublinharam o potencial económico da cultura, nomeadamente em relação ao turismo. A esse respeito, a necessidade de reduzir os fluxos de emigração dos artistas foi igualmente sublinhada. Foram formuladas algumas propostas, como a do financiamento de um observatório económico regional da cultura.

As **três intervenções** que se seguiram trataram do **património natural**.

Em primeiro lugar, foi recordada a grande riqueza das RUP em matéria de biodiversidade. Metade da biodiversidade francesa situa-se na Guiana que, no entanto, só corresponde a um oitavo do território nacional. Ora, sublinhou a Comissão Europeia, a biodiversidade e os serviços ecossistémicos são riquezas naturais que têm um papel essencial a desempenhar nas estratégias económicas futuras destinadas a favorecer o crescimento e a prosperidade. Foi ainda sublinhado que, visto que não atingimos o objectivo comunitário fixado em 2001 para travar a perda da biodiversidade na Europa até 2010, deveremos aceitar seriamente os novos desafios que forem fixados na conferência internacional de Outubro, a realizar perto de Nagoya. Todos os oradores consideram que as RUP podem desempenhar um papel essencial neste sector. Devem distinguir-se três abordagens: conservação, conhecimento e desenvolvimento sustentável. Assim, foi denunciado o facto de as decisões económicas frequentemente não terem em conta o valor económico dos ecossistemas e do capital natural. Foram dados vários exemplos: o turismo, os medicamentos, as existências de carbono, etc. Estes valores devem ser apreciados à luz do conjunto da economia e não dos interesses de um grupo particular. A necessidade de uma melhor compreensão e consideração destes valores naturais é, contudo, mais reconhecida hoje. No entanto, deve promover-se a sensibilização das populações para a biodiversidade em geral e para as acções da Comissão em especial, como em relação ao programa NATURA 2000, por exemplo. Além disso, devemos ainda envidar um esforço importante para se quantificar o valor dos bens naturais, no sentido de lhes atribuir um valor monetário. Tal permitiria atribuir um valor económico, social e ambiental à biodiversidade nas RUP.

No **debate** que se seguiu, as RUP reafirmaram a sua vontade de desempenhar um papel privilegiado graças à sua riqueza em matéria de biodiversidade, nomeadamente assegurando a função de observatório para a vigilância dos sistemas naturais tropicais e de experimentação dos

efeitos das alterações climáticas. Além da protecção dos ecossistemas, as RUP apelaram à UE para que as ajude a explorar as oportunidades potenciais de desenvolvimento económico ligadas à inovação neste domínio, através do sector biomédico, das biotecnologias e das ecoinovações. São obviamente necessários, desde já, muitos esforços em termos de formação, de acompanhamento financeiro e de investigação da biodiversidade. Por exemplo, a Direcção Regional do Ambiente (DIREN) da Guiana sublinhou a falta de conhecimentos da região em termos de habitats, de taxonomia, etc. A Comissão reconheceu esta carência de conhecimentos actuais e sublinhou que se observa o mesmo problema noutros Estados-Membros, embora seja mais acentuado nas RUP. A DG ENV comprometeu-se a discutir com a DG Investigação de modo a garantir que se prevejam financiamentos para tais trabalhos. Esta direcção-geral anunciou ainda o lançamento em Junho de 2010 de uma ferramenta que permite obter dados factuais para medir e acompanhar os progressos da UE neste domínio: a «Biodiversity Baseline» que fornecerá dados actualizados sobre a situação e as tendências dos diversos componentes da biodiversidade e dos ecossistemas. Por fim, e embora tenham sido citados vários exemplos de sucesso (protecção de zonas exclusivas através do programa NATURA 2000, criação de listas de espécies existentes, sucesso de certos projectos VIDA), as RUP sublinharam a falta de especificidade deste tipo de ferramentas em relação às suas particularidades.

ii. **Mesa redonda «As RUP**: ***parcerias dinâmicas e fronteiras activas da Europa*****».**

Os pontos seguintes foram destacados pelas **cinco intervenções**.

Se a inserção regional é um eixo essencial da estratégia de desenvolvimento das RUP, na prática, continua a ser modesta. A dotação financeira total dos quatro programas de Cooperação Territorial das RUP com os países ACP e os PTU (bem como com o Brasil), ou seja, os programas Caraíbas, Amazónia, Macaronésie e Oceano Índico, continua limitada, com um montante de 193 milhões de euros em 2007-2013 (dos quais 150 milhões do FEDER). Além disso, vários tipos de obstáculos são bem reais: carência de diálogo e de ligações em rede entre os parceiros, dificuldades de coordenação dos diversos fundos comunitários que têm as suas próprias regras de gestão complexas e calendários diferentes (nomeadamente FEDER e FED), inexistência de transportes ou ligações insuficientes e reciprocidade de acesso limitada (necessidade de vistos, nomeadamente).

Se todos admitem o princípio do benefício mútuo dos envolvidos na cooperação territorial entre as RUP e a vizinhança, alguns pensam que é necessário definir um novo modelo, como o que foi instaurado para a região báltica. Tratar-se-ia de elaborar uma estratégia europeia de cooperação territorial integrada e adaptada a cada zona em causa. A definição de uma estratégia específica permitiria, dizem os seus defensores, ter em conta que os contextos de vizinhança são completamente diferentes em cada uma destas regiões. Este novo modelo é acompanhado de instrumentos financeiros *ad hoc* específicos e de natureza horizontal, ou seja, que dependem em conjunto e não em separado de diferentes direcções-gerais da Comissão.

Um dos peritos da Comissão recordou os objectivos e a lógica subjacentes aos acordos comerciais negociados e assinados pela UE, em especial os Acordos de Parceria Económica (APE) e a sua vertente de desenvolvimento. Destacou que as directivas de negociação incluíam

efectivamente uma referência aos interesses particulares das RUP. Os estudos para identificar estes interesses foram financiados pela Comissão, conduzindo à inclusão de medidas específicas às RUP, como por exemplo, APE CARIFORUM- UE: a exclusão dos mercados das RUP no tocante à abertura às importações de banana e açúcar ACP, a cláusula de salvaguarda regionalizada, a promoção da cooperação e a salvaguarda do regime de «octroi de mer». Além disso, foi sublinhado que estes acordos se destinam a criar novas oportunidades para as RUP, nomeadamente ao nível das prestações de serviços, incluindo os contratos públicos.

No **debate**, os representantes das RUP recordaram a insuficiente reciprocidade de acesso das respectivas zonas regionais e a falta de transportes que travam consideravelmente o processo de inserção regional. Certas RUP sublinharam igualmente um interesse decorrente da sua situação geográfica pelo desenvolvimento de relações comerciais e de cooperação com os países não ACP, como os Estados Unidos (Açores) ou ainda, no caso da Reunião, com os grandes países emergentes (China ou Índia).

As discussões focalizaram-se, seguidamente, sobre os desafios ligados à negociação e à assinatura dos acordos comerciais: as RUP consideram, com efeito, não ter sido associadas suficientemente às negociações dos APE e alguns dos seus representantes consideram que o conteúdo dos acordos não teve suficientemente em conta os seus interesses. Alguns sublinharam que não é possível abordar seriamente a política de cooperação regional se as RUP permanecerem na ignorância do conteúdo das negociações dos acordos comerciais com os países vizinhos, como aconteceu no caso dos novos acordos de comércio livre recentemente assinados com a Colômbia e o Peru. Pura e simplesmente, duvidam que os seus interesses tenham sido acautelados neste último caso. Lamentaram que a Comissão não tenha realizado nenhuma avaliação *ex-ante* do impacto desses acordos nos seus territórios. A Comissão recordou, segundo a lógica do Tratado e o funcionamento das instituições europeias, o papel essencial assumido pelos Estados-Membros no tocante à informação a facultar às suas regiões e operadores económicos, mas também como árbitro dos interesses a ter em conta nas negociações comerciais. Nesta base, convidou as RUP a continuarem activas junto do respectivo Estado-Membro.

Antes da abertura da terceira mesa redonda, Vasco Cal, membro do gabinete dos conselheiros das políticas europeias (BEPA) da Comissão, apresentou uma exposição mais ampla sobre o tema «**Desafios para a UE até 2020 e além dessa data**». Foi recordado o contexto de crise no qual se preparou a estratégia «UE 2020» e sublinhados os múltiplos desafios ligados à demografia, ao ambiente, à tecnologia, à globalização e aos países emergentes num mundo interdependente. O orador explicou em que medida e por que vias esta estratégia visa um crescimento inteligente, aberto à mudança, socialmente inclusivo e sustentável. Uma das suas virtudes, destacou, é que torna indispensável uma coordenação das políticas comunitárias, em primeiro lugar ao nível da Comissão Europeia e, seguidamente, dos Estados-Membros, que deverão reforçar a coordenação das suas políticas económicas.

iii. **Mesa redonda «*Perspectivas para a agricultura e a pesca*»**

As **três primeiras** intervenções incidiram nas **questões agrícolas** e permitiram a expressão dos principais motivos de preocupação e de oportunidade.

Em primeiro lugar, foi recordada a realidade específica da agricultura nas RUP. Nomeadamente, a pequena dimensão das explorações e o número elevado de empregos num contexto de forte desemprego. E, ainda, a estratégia de diversificação agrícola para além dos produtos tradicionais (banana e açúcar), aplicada desde há muito, nomeadamente no sector dos produtos frescos (criação, frutos e legumes), juntamente com a procura de uma maior auto-suficiência.

A manutenção do sector tradicional e o desenvolvimento do sector alimentar são possíveis graças aos apoios comunitários, nomeadamente o do regime POSEI (Programa de opções específicas relativas ao afastamento e à insularidade), cuja reforma de 2006 permitiu uma melhoria sensível, tornando-o mais flexível e mais descentralizado, com um importante aumento do respectivo orçamento para 653 milhões de euros anuais. O recente relatório de avaliação do regime confirma, como considerou o representante da Comissão, que o impacto desta reforma foi muito positivo, ainda que alguns sectores estejam em dificuldade. Portanto, provavelmente o regime não conhecerá nenhuma mudança essencial num próximo futuro.

As RUP salientaram que a tendência a longo prazo é para o aumento da concorrência, tanto nos mercados locais (com os produtores dos países terceiros, mas também da Europa continental) como no mercado comunitário dos produtos tradicionais (produtos não transformados). Quanto a isto, notaram que o aumento da concorrência não é alheio aos acordos comerciais que a UE assinou (Acordo de Genebra de Dezembro de 2009 sobre a banana, acordos de comércio livre com Marrocos e com os países da América do Sul e Central) e que fragilizam ou constituem uma verdadeira ameaça à situação das RUP. Estas consideram que o apoio comunitário através do regime POSEI deve adaptar-se à medida que o contexto muda, ao passo que os estudos de impacto *ex-ante* continuam a ser indispensáveis.

Finalmente, aos produtos tradicionais e aos transformadas, as RUP acrescentaram um terceiro eixo de futuro para o desenvolvimento do seu sector agrícola, o das biotecnologias.

O debate geral que se seguiu a estas intervenções permitiu compreender que as RUP temem que o papel primordial dos seus sectores agrícolas tradicionais seja posto em causa por certas reformas comunitárias (ex: sector do leite), bem como pelo impacto dos acordos comerciais bilaterais (acordos de comércio livre) ou multilaterais (OMC). A este respeito, todos denunciaram a ausência de estudos *ex-ante* do impacto destes acordos internacionais nas suas economias. A Comissão defendeu-se recordando que a reforma do regime POSEI em 2006 foi concebida, nomeadamente através do aumento dos meios orçamentais que lhe são consagrados, para antecipar e gerir os efeitos dos acordos comerciais. A Comissão sublinhou ainda que os estudos de impacto geral das reformas dos mercados agrícolas, como por exemplo a reforma do mercado do leite e outras, foram realizados em conformidade com os compromissos assumidos pela primeira Comissão Barroso.

O debate também fez emergir a necessidade de não opor os sectores agrícolas tradicionais aos de futuro, visto que são frequentemente interdependentes, como demonstram sobejamente o açúcar e as bioenergias, por exemplo.

As **duas intervenções** consagradas à **pesca** recordaram os desafios da reforma actual da política comum da pesca. Embora as reflexões procedentes do Livro Verde se referissem essencialmente à pesca continental, a necessidade de desenvolver uma reflexão sobre o modo de ter em conta a situação particular das RUP foi também destacada.

No Livro Verde há quatro pontos particularmente interessantes para as RUP:

1) os aspectos de conservação do ambiente para uma política mais «verde»,
2) o objectivo de regionalização da política para uma tomada de decisão e uma execução da política a um nível mais descentralizado,
3) a maior atenção prestada à pesca artesanal e,
4) a aproximação da gestão dos operadores, privilegiando um sistema de cogestão e obrigação de resultados.

No que se refere mais particularmente às RUP, a Comissão indicou que não tenciona desenvolver uma política de grande expansão haliêutica, ainda que as RUP recordem que, apesar de emprestarem à UE uma grande dimensão marítima a sua actividade pesqueira, continua relativamente pouco desenvolvida, em especial a pesca de alto mar. Segundo os intervenientes, sem dúvida que o futuro do sector haliêutico nas RUP poderia ser melhorado com diversas medidas tais como a exclusividade do acesso às águas regionais pelas frotas locais, a evolução futura do POSEI-pesca e a gestão futura do Fundo Europeu para a Pesca (FEP). Finalmente, foi sublinhado que a questão da governança regional em matéria de pesca apresenta aspectos singulares nas RUP, relacionada com a proximidade de países terceiros cujo esforço de pesca continua a aumentar, incluindo, no âmbito da sua própria parceria com a UE (acordos de pesca bilaterais). Em conclusão, foi lançado um apelo às RUP para desenvolver uma posição comum neste domínio, apoiada num esforço de comunicação claro e coordenado, não somente junto da Comissão, mas também junto dos Estados-Membros. Com efeito, os contornos do futuro regime comunitário da pesca nas RUP ainda não estão identificados na presente fase.

No debate, as RUP exprimiram a sua necessidade de saber mais sobre os aspectos práticos da regionalização da PCP, sublinhando a importância crucial que as relações exteriores assumem no contexto da pesca europeia em águas de países terceiros vizinhos.

Foram dados alguns esclarecimentos sobre outros assuntos, como a possibilidade de rever o POSEI a meio do percurso, no quadro do orçamento existente, ou ainda a possibilidade de aumentar o esforço de pesca não subvencionado, mas com financiamento autónomo.

iv. Mesa redonda «***Sectores promissores para um desenvolvimento competitivo e sustentável das RUP***».

Em abertura desta quarta e última mesa redonda, foi proposta a necessidade de apoiar as RUP na transição do passado para o futuro, **seguindo-se-lhe três intervenções,** com destaque para os pontos seguintes.

A Comissão, insistindo ao mesmo tempo no facto de as RUP estarem mais bem colocadas para identificar os seus próprios problemas e definir as suas próprias estratégias, considerou que a melhor maneira de as fazer avançar rumo ao futuro seria o seu alinhamento pelos objectivos da estratégia «UE 2020», nomeadamente do ponto de vista da utilização dos fundos estruturais. A importância do quadro institucional para a execução de uma estratégia de especialização inteligente foi igualmente sublinhada. Para os intervenientes, a governança deve exercer-se a diferentes níveis, pelo que seria oportuna a nomeação de um coordenador regional para o efeito. A Comissão indicou seguidamente que os fundos estruturais podem ser utilizados em sinergia, em especial graças ao 7.º programa-quadro de I&D. Contudo, é reconhecido que a nível das RUP subsistem dificuldades estruturais relacionadas com o seu isolamento e a sua pequena dimensão, o que dificulta a participação nos programas de investigação comunitários.

De igual modo, a nível do sector privado, embora os empresários necessitem de regras do jogo estáveis para investir e desenvolver os seus negócios, as RUP apresentam um caso particular na Comunidade, com empresas de muito pequena ou média dimensão, na sua maioria, que enfrentam muitos riscos próprios dos mercados em que operam (mercado local, mercado continental, mercados vizinhos). Neste contexto, as recentes iniciativas que conduziram à formulação de uma Estratégia Regional da Inovação são extremamente importantes, nomeadamente ao permitir uma coordenação público-privada e identificar as medidas de que carecem as políticas actuais. A estratégia «Réunion Ile Verte» apoia-se em quatro sectores-chave: a agronutrição em meio tropical, a energia e o ambiente, o turismo e, por último, as tecnologias da informação e da comunicação.

O importante potencial em matéria de investigação e desenvolvimento e inovação foi ilustrado igualmente com o caso da floresta da Guiana e as repercussões potenciais da sua exploração para os sectores a jusante (habitat, engenharia civil, energia), relativamente à cooperação transfronteiriça com o Brasil. Este exemplo também permitiu perceber quais os travões à realização deste potencial: tecido industrial local deficiente, grandes carências de formação e investimento, imagem negativa do sector e inexistência do inventário da biodiversidade, necessário a uma exploração sustentável.

O debate que se seguiu, em primeiro lugar permitiu recordar que os próprios sectores tradicionais são frequentemente motores de inovação (agricultura e investigação molecular tropical, construção e obras públicas e normas tropicais). Seguidamente foi abordada a questão da possibilidade de desenvolver um futuro programa-quadro especificamente para as RUP, devido às dificuldades que têm em aceder aos grandes programas de investigação. Do mesmo modo se colocou a possibilidade de os fundos comunitários poderem cobrir as despesas gerais com a investigação. Finalmente, foi sublinhado que a especialização, para ser inteligente e aberta, deve basear-se nas vantagens comparativas destas regiões em relação à sua procura de competitividade e à sua situação geográfica, o que conduz às novas tecnologias relacionadas com os sectores de futuro. A lei sobre as pequenas empresas foi apresentada como susceptível de permitir às pequenas e médias empresas e ao artesanato aceder mais facilmente ao seu lugar neste contexto.

A última intervenção desta mesa redonda, assumida pela Comissão, permitiu traçar **algumas primeiras grandes linhas de reflexão sobre os sectores promissores**, incluindo com a

integração de algumas ideias provenientes dos debates que se desenrolaram nas outras mesas redondas:

1) a mudança de paradigma para um desenvolvimento das RUP que se apoia sobre a valorização das suas vantagens, tal como proposto pela Comunicação de 2008, deve doravante traduzir-se em visão estratégica e políticas concretas;
2) os numerosos exemplos evocados demonstram que as RUP já encetaram esta abordagem;
3) pour prosseguir e reforçar esta dinâmica, poderia ser útil desenvolver uma estratégia ao nível de cada grande zona geográfica bem como ao nível de cada RUP;
4) por outro lado, os trabalhos da Conferência dos presidentes das RUP poderiam ser o lugar da análise da situação e da realização da estratégia «UE 2020» nestas regiões, quer no tocante às questões de emprego e de inclusão social, quer quanto aos investimentos nos sectores inovadores, incluindo as alterações climáticas, para permitir a partilha de experiências para além de uma simples aferição e o intercâmbio de boas práticas.

Em resumo, **as principais conclusões** que podem ser extraídas dos aturados e densos trabalhos do Fórum são as seguintes:

- A necessidade da manutenção, ou mesmo do reforço, para além de 2013, de uma política da União Europeia especificamente destinada às RUP, tanto do ponto de vista dos apoios financeiros como da adaptação das políticas comunitárias às suas necessidades;
- Em coerência com a estratégia «Europa 2020», esta política deve ter por objectivo o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo das RUP visando a exploração das suas vantagens próprias e o crescimento dos sectores de excelência, sem, no entanto, ignorar as limitações estruturais específicas que estas regiões enfrentam e o papel essencial desempenhado pelos sectores tradicionais,
- A oportunidade de adaptar a cada RUP esta abordagem, em especial no tocante à cooperação territorial, numa estratégia de desenvolvimento individual própria, adaptada ao contexto local e concebida conjuntamente com os países e territórios da sua vizinhança;
- a necessidade de reforçar ainda mais nas RUP o objectivo comunitário de maior coordenação geral entre as políticas, visto que estas últimas necessitam ainda da realização sistemática de análises de impacto *ex-ante* para uma melhor tomada em consideração da sua realidade, antes da adopção de decisões a nível comunitário.

A segunda edição do fórum está prevista para 2012.